



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PROCESSOS DE MEDIAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Patrícia dos Santos Pinheiro

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRRJ).

Endereço eletrônico: patriciasantspinheiro@gmail.com

Na implantação de ações voltadas para as populações Quilombolas do meio rural do extremo sul do Rio Grande do Sul (RS), sejam elas atravessadas diretamente pelo poder público ou não, a aproximação de diferentes atores – estabelecendo alianças, contatos, operando processos de deslocamento de atividades e de redefinição de estratégias – não se configura somente como o estabelecimento de um *meio* para atingir determinados objetivos, mas sim como a articulação de processos de *mediação* entre esses atores, que, apesar dos distintos interesses e vontades, em algum momento atravessam pontos em comum.

Tais processos serão apresentados a partir de interações entre comunidades locais e diferentes agentes de desenvolvimento que atuam com assistência técnica e extensão rural, em que se incluem organizações não governamentais e poder público. Tomo como foco o trabalho de mediação intensificado no âmbito do Programa Território¹ da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem sua expressão local no chamado Território Zona Sul do Estado do RS, um dos 120 territórios estabelecidos no Brasil a partir do Programa².

Além de compreender uma área geográfica no extremo sul do RS, esse Programa também engloba as relações entre grupos que têm afinidade com a agricultura de base familiar, voltando suas ações para o fortalecimento de uma diversidade de

¹ Neste texto, quando falo em Território, com letra maiúscula, refiro-me a essa nomeação instituída pelo Programa do Governo Federal.

² Segundo Guanzioli (2010), há 164 territórios definidos, que estão em processo de formação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

categorias e grupos específicos. Configurando agenciamentos de singularidades que se entrecruzam, estão em contato agricultores familiares de base ecológica, pescadores artesanais, famílias assentadas pela Reforma Agrária e as mais de 40 comunidades quilombolas do Território.

Cabe problematizar a proposta desse Programa, diferenciada em sua abordagem territorial, dado que, nesse contexto empírico, a vinculação de acesso a políticas públicas a partir da noção de território é instigada a partir da participação no Território Zona Sul do Estado do RS junto a esses grupos. Mas é importante enfatizar que a aproximação entre a diversidade de comunidades locais e os agentes de desenvolvimento, ao estimular determinadas maneiras de desenvolvimento, não pode ser vista desconectada das complexas relações de alteridade junto aos grupos.

Através de processos de subjetivação e objetivação que se expressam de maneira diversa, seja nas aproximações que se estabelecem, nas alianças que se renovam ou mesmo nos contatos que são rompidos, uma série de associações que envolvem essas comunidades são estabelecidas. Recorrendo ao uso do termo território, seja do ponto de vista de inserção em um contexto regional de fortalecimento de populações do meio rural, seja reivindicando uma identidade coletiva das comunidades, este trabalho se propõe a abordar as formas de mediação que estão presentes nesse contexto.

Largos debates que envolvem possíveis conceituações do território, a partir de diferentes olhares disciplinares, levam-nos rapidamente a pensar em interessantes ideias sobre o que comporia um território, ou seja, como ele se limitaria espacial e temporalmente e quais os atores que nele estão circunscritos, bem como quais as características em comum que incidiriam sobre esses atores.

A preocupação deste trabalho, porém, além desse delineamento (que aqui serve para situar o leitor), e dado o intenso contexto de interações quem se apresentam entre diferentes grupos, será de visualizar os modos de subjetivação que envolvem um centramento identitário (o território quilombola) e como somos levados a percorrer territórios de outros.

As diferentes associações que envolvem o termo território estão imbuídas de nomeações que pretendo problematizar aqui. Essas associações atravessam, em algum momento, as comunidades quilombolas da região sul do RS, conectando-as com ações mais amplas. Uma associação dessas comunidades relaciona-se com a sua vinculação ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

próprio termo “quilombo”, com as diferentes adjetivações que o acompanham (como remanescentes), enquanto categoria nomeada oficialmente pelo Estado, na qual a territorialidade é fator relevante para o reconhecimento enquanto sujeitos.

Outra associação a ser trabalhada, em uma chave bem distinta, nos remete a inserção e construção da participação dessas comunidades no desenvolvimento territorial, estimulado pelo o Programa Território da Cidadania, em que elas interagem com outros atores e, quando necessário, assumem adesões estratégicas que possibilitam o acesso às políticas públicas do Programa.

Procurando ver como o território quilombola atravessa outros territórios, essas associações podem ser pensadas em contato com os agenciamentos de subjetivação que o percorrem. Procuro, com isso, visualizar como ele se relaciona com uma série de agenciamentos outros, sendo afetado por realidades diversas da sua, mas também impondo percursos e desterritorializações aos demais agentes (DELEUZE; PARNET, 1998).

1 O reconhecimento da categoria Quilombo

Dentro de um contexto de afirmação de um modelo voltado à pluralização dos direitos, emerge e consolida-se um processo de reconhecimento étnico de diferentes categorias, do qual fazem parte ações específicas que procuram englobar essa diversidade a qual o Estado – mas não apenas ele – propõem-se a contemplar. Em tal processo, que também expressa lutas por redistribuição de recursos, emergem diferentes atores além do poder público, como organizações não governamentais e movimentos sociais, os quais também podem ser considerados mediadores, cada um com papéis e concentração de recursos marcadamente diferenciados.

Dessa demanda por reconhecimento, em que a formalização de uma identidade coletiva diz respeito a reivindicações relacionadas à plena cidadania, opera-se também uma redução sociológica, como relata Arruti (2008), ao englobar uma grande variedade de formas sociais coletivas contemporâneas em uma mesma categoria, o Quilombo. O Quilombo, ao longo do tempo, de uma identidade étnico-racial, constrói-se também como uma identidade política, objeto de luta e de mobilização política, que possibilita o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

reconhecimento a direitos coletivos.

A atribuição de uma identidade garantida a um determinado grupo, que possibilita a tradução legal a essa demanda coletiva pela pluralização dos direitos, gera uma redistribuição de direitos, deveres, restrições e compensações (ARRUTI, 2008). Porém, a institucionalização da nomeação de uma categoria, o Quilombo, oficializada pelo Estado e garantida pelo poder jurídico – mas que deve passar pelas formalizações necessárias para atingir a cidadania – cristaliza a dinâmica social em torno de uma identidade (ARRUTI, 2008) e sobrecodifica o território quilombola através de normatizações que visam a inserção das populações quilombolas. Como relata Arruti, o processo de tradução engloba uma classificação nativa e outra normativa, que não necessariamente são similares, dado que há diferentes condições sociais de acesso e identificação das categorias do mundo social.

Apesar disso, abre-se a possibilidade de uma série de políticas públicas que procuram dar atenção especial para a população quilombola. Essas políticas também tem sua expressão no Território da Cidadania, que reúne uma ampla gama de ações de diferentes ministérios e secretarias, voltadas à saúde, educação, resgate da memória, entre outros. Como relata Arruti (2008), há um processo de conversão do tema em objeto de inúmeras políticas públicas específicas, seja através de programas ou projetos, voltadas para as populações Quilombolas. Também a demanda por regularização fundiária está presente, mesmo quando dificultada em função de geralmente envolver fortes conflitos, nos quais se tornam visíveis as assimetrias de poder presentes no jogo político-jurídico.

No que concerne às populações remanescentes de Quilombos no extremo sul do Rio Grande do Sul, que no âmbito do Programa Território da Cidadania apresentam mapeadas 43 comunidades em 17 municípios (CAPA/MDA 2010), destaca-se a atuação de ONGs com uma parcela dessas comunidades desde 2000, com oficinas de artesanato, capoeira, dança, assistência técnica agrícola e organizativa dos quilombos, justificadas como práticas inclusivas.

Essas ações, mesmo quando não acionadas diretamente pelo Estado, estão vinculadas a uma configuração em que a inserção dos mesmos em políticas públicas é uma estratégia de ação e fortalecimento para levar a cabo objetivos de cidadania. Evidentemente, as relações que daí se depreendem podem carregar, junto com as



motivações de ajuda a comunidades que estão em posição de invisibilidade e marginalidade, também situações de assistencialismo.

Dado esse contexto, é necessário atentar para a maneira como o território quilombola se materializa, quais os agenciamentos que codificam o território³, e como ele é sobrecodificado através de ações de desenvolvimento, muitas vezes de modo simplificante. Com diferentes interpretações de um passado de escravidão ligado a um presente de resistência cultural e política como modelo para se pensar as relações de poder e dominação, a categoria Quilombo é fruto de sucessivas ressemantizações. Nesse processo, o território quilombola passa por diferentes agenciamentos, que remetem à resistência dessas populações e ao desrespeito histórico a esta população, em que as ações são justificadas como maneira de reparação de uma dívida histórica trazida pela escravidão.

Para explicitar a base sobre a qual o conceito contemporâneo de Quilombo é pensado, seja na busca da efetivação de direitos, seja para deslegitimar esses direitos, um dos paradigmas que serve como base para a problematização proposta por Arruti (2008) refere-se à territorialização. Como espaço de relações, o território é lugar de intenções, de projetos, de realizações, de representações que expressem as interações dos indivíduos e grupos, sem necessariamente envolver a ideia de posse ou de propriedade da terra (ANJOS, 2004).

É uma forma de vida que está presente em um território, não um proprietário ou possuidor dele e daquilo que nele se insere (ANJOS, 2004). O acesso a recursos para a realização de atividades desses grupos foram obtidos em boa medida em situações de adversidade ou conflito, o que constantemente reforça a coesão e solidariedade presentes e também as redes de relações sociais que os compõem. Nesse contexto, o controle de recursos não está na mão de um indivíduo ou grupo doméstico, mas é partilhado através de normas que combinam o uso comum com a apropriação privada (ALMEIDA, 2004).

Como expõem Anjos e Leitão (2009), a partir de estudos realizados junto a comunidades quilombolas, a territorialidade pode ser também um fator de identificação e de expressão do mundo, em que “expressar significa exhibir modos de existência como marcas peculiares de um território cultural” (p. 16). Tratando de território enquanto um

³ Esses agenciamentos se fazem marcantes em Deleuze e Parnet (1998).



agenciamento de subjetivação, mais do que um ambiente físico ou geográfico, ele faz lembrar um sentimento de pertencimento, o "habitar" o lugar, com diferentes manifestações locais.

Mesmo com o descontínuo processo de inserção das comunidades Quilombolas em políticas públicas, dadas as desiguais configurações da distribuição de poder e dos conflitos com interesses diversos, há a presença de ações de desenvolvimento que as atravessam, como o próprio Território da Cidadania.

2 Processos de territorialização e desterritorialização no Programa

Desde 2003, iniciou-se um movimento intenso de institucionalização, na região, do termo território pela administração pública através de programas, políticas e projetos de desenvolvimento, com o apoio do MDA e da então recém formada Secretaria de Desenvolvimento Territorial a partir do chamado Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR)⁴. Com isso, o termo tem adquirido o significado prático de inserção em ações vinculadas a políticas públicas na região que compõe o extremo sul do Brasil.

Configura-se, desta maneira, uma tentativa de estímulo ao desenvolvimento do meio rural, em especial da agricultura familiar e das chamadas comunidades tradicionais, a partir de um enfoque territorial, integrando entidades que já atuavam na região e denominando-a como “Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul” (CAPA/MDA, 2009). Nesse contexto, os agenciamentos são voltados para a busca de uma nova correlação de forças que envolva as diferentes populações citadas, habitantes do meio rural, procurando minimizar as posições de desigualdade na distribuição dos recursos e também possibilitar a obtenção e consolidação de direitos.

Mais recentemente, procurando reforçar a importância das ações do poder público federal a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial, foi organizado o programa Território da Cidadania, que teve sua implantação iniciada em 2008. O objetivo, com isso, foi o de promover o desenvolvimento e universalizar programas

⁴ A definição do MDA, reproduzida em Planos Territoriais elaborados nos Territórios, estabelece que o território é um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais, enfatizando a presença de diferentes grupos que se relacionam e que estabelecem elementos de identidade e coesão social, cultural e territorial (CAPA/MDA, 2009).



básicos de cidadania, voltados à educação, cultura, saúde, regularização fundiária e infraestrutura, ampliando a articulação de diferentes atores e congregando ações entre diferentes setores do governo federal e deste com estados e municípios⁵.

Evidentemente, não é possível visualizar essa ação, que almeja ser diferenciada pelo seu enfoque, sem tensões ou relações desiguais, sejam elas explícitas ou não, dados os diversos e às vezes conflitantes interesses entre os atores envolvidos. Como relatam Ávila, Sabourin e Duarte (p.3), cada um desses atores, desde as comunidades locais envolvidas até os formuladores da política, encontram-se sob uma perspectiva específica, apesar dos “acessos diferenciados a recursos materiais, simbólicos, culturais, políticos e tantos outros”.

O Programa Território Zona Sul tem 871.768 habitantes (cerca de 8% da população do RS), dos quais 14,08% do total vivem na área rural, em uma localização geográfica que se situa no sul do Rio Grande do Sul, a leste limitado pelo Oceano Atlântico, a oeste pela Região da Campanha, ao norte tendo como divisa o Rio Camaquã (em Amaral Ferrador e Cristal) e ao sul com o Uruguai. Composto atualmente por 25 municípios distribuídos em uma área de 39.960,00 Km², tem em Pelotas seu município polo (CAPA/MDA, 2009).

A efetivação do programa, estreitando laços entre ações do poder público federal e iniciativas locais, foi resultado de processos anteriores de articulações de organizações da sociedade civil, das comunidades locais, e também de diferentes setores do poder públicos no agenciamento de práticas discursivas e não discursivas que desenvolvem existências territoriais que permitem experimentações de subjetividade. Ou seja, ele não é o marco inicial de atuação e de alianças entre as entidades que se inserem nesta região, tanto daquelas que tem origem local quanto das que se organizaram a partir de organizações externas ao Território, em especial aquelas de base religiosa e o próprio governo federal.

Com uma configuração favorável na região que hoje se insere no Território Zona Sul, essas articulações anteriores estimularam a vinda do programa para o extremo sul do RS, seja pelas ações governamentais já existentes na região, mesmo que de distintas procedências, seja pelos espaços públicos de discussão e de tomada de decisão (notadamente o “Fórum da Agricultura Familiar”).

⁵ Dados pesquisados no Portal da Cidadania.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Dentre as organizações presentes no Território Zona Sul, é marcante a atuação da assistência técnica e extensão rural (ATER). Podem ser citadas algumas – cada uma com diferentes objetivos, configurações e formas de atuação – como a organização não governamental CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) de diferentes municípios, além de instituições de pesquisa e desenvolvimento, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), entre outras.

Na atuação de atores com conhecimentos institucionalizados por alguma organização é assumido o papel de aproximar grupos com interesses distintos, mas que em algum momento têm pontos em comum. No Território Zona Sul, um ator que faz este papel é o CAPA, vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)⁶. A ONG, que possui uma estrutura fortemente institucionalizada e centralizada, conta, porém, com uma importante rede de contatos e conexões de trabalho que se enredam em toda região.

Além destas, destaca-se no programa governamental a presença de outras organizações e atores que tem sua atenção voltada ao meio rural e, em especial, à agricultura de base familiar. Podem ser citadas cooperativas e associações de agricultores, lideranças das chamadas comunidades tradicionais, conselhos municipais de desenvolvimento rural, movimentos sociais, federação dos agricultores, sindicatos, ONG's e universidades.

Essas entidades tem no Fórum da Agricultura familiar, organizado a partir de 1994, um espaço público de discussão e implementação de ações coletivas voltadas para a busca de soluções a partir da realidade e dos problemas locais, a partir do qual procuram estabelecer rearranjos das forças locais. Porém, esses espaços não são livres de relações de dominação e sua efetividade pode ser limitada em função de poderes locais tradicionalmente instituídos, quando os mesmos entram em conflito com a emergência dessas novas configurações.

Atualmente, o Fórum é perpassado pelas tomadas de decisão no que concerne ao

⁶ O CAPA está presente, além do núcleo Pelotas, em mais quatro regiões, localizadas no Paraná e no Rio Grande do Sul, formando o Consórcio CAPA. É apoiado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e recebe apoio financeiro do Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (*Evangelischer Entwicklungsdienst – EED*), com sede em Bonn e a *Evangelical Lutheran Church in America (ELCA/EUA)* (FROÉS, SANTOS & RECH, 2008). Esse apoio financeiro tem decrescido nos últimos anos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, constituindo o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) no Território. Consolidado como um local de representação política, com encontros mensais através de reuniões, seminários ou oficinas, essa situação foi formalizada em 2004, com o objetivo de mantê-lo como canal de execução de políticas de desenvolvimento para a região (CAPA/MDA, 2009), situação que permaneceu e mesmo se consolidou com o Programa Território da Cidadania.

Para a gestão do Território, há um Plano de Gestão e um Regimento Interno, que apoiam o CODETER, com núcleo dirigente, núcleo técnico, fóruns setoriais e representantes das microrregiões. O núcleo dirigente possui seis representantes: das organizações governamentais, das entidades não governamentais, do conjunto de organizações da agricultura familiar, dos representantes de assentados de reforma agrária, de pescadores artesanais e das comunidades Quilombolas. Já o núcleo técnico está vinculado à entidade executora, que é o CAPA, responsável pela implementação das ações, junto com os gestores públicos parceiros, como prefeituras municipais e a EMBRAPA (CODETER, 2005).

Dentre as prioridades definidas pelos participantes do Território, que procuram ser alcançadas através de financiamento de projetos de desenvolvimento ou de “ações territoriais” mais amplas, estão a oferta de assistência técnica e extensão rural, investimentos em infraestrutura e aquisição de máquinas, ações de segurança alimentar e apoio ao autorreconhecimento das comunidades quilombolas, realizado pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

Na implantação do programa, parte-se de uma configuração já existente, que atua com dinâmica própria, dados os processos sociais, culturais e econômicos em andamento. Essa configuração, claro, tende a ter, em maior ou menor medida, mudanças desencadeadas pelas ações de desenvolvimento que venham a ser implementadas nos territórios, considerando que *transformar* perpassa a promoção de tais ações. Porém, se por um lado é impossível falar que as relações desencadeadas pelo programa não trazem alterações ao contexto local, desejadas em alguma medida, dada a recorrente falta de condições básicas de qualidade de vida visualizadas por uma marginalização histórica, por outro lado cabe problematizar o que é estabelecido como desenvolvimento a partir de tais ações públicas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A noção de desenvolvimento, de grande importância para os mediadores, não necessariamente é incorporada da mesma maneira e com a mesma temporalidade pelas comunidades locais. Cabe qualificar a natureza diferenciada dessas relações, indo além do reconhecimento da diferença, e também da simples recusa de qualquer forma de desenvolvimento.

3 Processos de mediação que agenciam modos de existir

A demanda por acompanhamento técnico para a certificação das comunidades Quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (vinculada ao Ministério da Cultura/MinC), de maneira a possibilitar o início do processo de regularização fundiária, está presente como uma das atividades almeçadas pelas comunidades da região (CAPA/MDA, 2010), com o objetivo de reconhecimento dos espaços historicamente ocupados e de ampliação do acesso a políticas públicas⁷. A regularização, que inclui também identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras, atualmente está sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Com isso, em especial a partir de 2008, foi iniciado um mapeamento das populações remanescentes de Quilombos localizadas no Território Zona Sul, o que intensificou os processos de mediação junto a elas, como parte da política de inclusão social do Programa Território da Cidadania. Em cerca de dois anos, foi realizado o mapeamento pela ONG CAPA de 43 comunidades quilombolas em 17 municípios, através de trabalho realizado com o apoio direto do Programa. O mapeamento foi realizado em municípios que se inserem no Território Zona Sul do Estado e contou com o apoio direto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Destas comunidades, 32 receberam certificados de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares entre os anos de 2009 e 2010 e outras quatro iniciaram o processo de certificação. As principais justificativas da ONG para a efetivação deste trabalho são o resgate da memória, o desencadeamento de processo de inclusão étnica e

⁷ Essa demanda foi expressa pelas comunidades que já participavam ou tinham contato com o Programa na época da formulação do Plano Territorial do Território Zona Sul.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a valorização da diversidade (CAPA/MDA, 2010).

Porém, dentro das situações de contato entre grupos étnicos diferentes, em especial aquelas que partem das relações de mediação oriundas da assistência técnica e extensão rural, o estímulo ao “desenvolvimento do Outro não é um ato isento de implicações culturais, éticas e políticas intrínsecas ao gesto” (ANJOS; LEITÃO, 2009, p.7), em que se fazem nítidas divergências entre regimes de verdade e a subordinação de um regime a outro.

Nesse plano, um elemento importante é a mediação, por parte dos agentes de desenvolvimento, das categorias locais, dadas pelas demandas comunitárias, em categorias institucionalizadas pelo poder público, que neste caso precisam ser transpostas para a linguagem das políticas e projetos de intervenção social e acabam passando pelos canais de acesso a essas políticas estabelecidos no Território.

Desde a aquisição de um caminhão, até a construção de uma estrutura física ou qualificação de uma forma produtiva, o caminho da elaboração de projetos tem sido traçado através de iniciativas como o Território da Cidadania, que realocam a distribuição de recursos, em especial sob a forma contratual de projetos. Deste modo, também as oportunidades visualizadas influenciam as estratégias de ação e ressignificam os papéis da participação, considerando que elas podem ser vistas como estimuladoras de novas configurações em função dos instrumentos de acesso à política, que não são dados apenas pelas regras do Programa, mas também pelas configurações locais e posicionamentos dos diferentes atores que nele atuam.

A atuação do CAPA junto às comunidades quilombolas, prestando assessoria técnica na agricultura, articulando a participação de atores e organizações locais, como cooperativas e associações, e estabelecendo conexões com políticas públicas se faz presente desde 2000. Porém, o processo de mapeamento das comunidades quilombolas do Território Zona Sul expandiu sua atuação junto a essas comunidades.

Mais do que “replicadores” de técnicas, esses atores se pretendem articuladores de organizações, técnicas e ideais, elementos que estão conectados. O núcleo Pelotas do CAPA desenvolve, atualmente, trabalhos que envolvem agricultores familiares de base ecológica, assentados da reforma agrária e, mais recentemente, as chamadas populações tradicionais, como comunidades de quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais.

Do ponto de vista da assistência técnica, a ONG é voltada para a Agroecologia



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desde a década de 90, mas dada a sua articulação junto aos demais atores – tenham eles dinâmicas e identidades étnicas diversas – a sua posição tem sido também a de animadora de redes que se formam a partir da agricultura de base familiar, ou seja, estabelece contatos, reúne informações e congrega as organizações em torno de si. Estas articulações refletem em diversas experiências, que nos últimos anos têm se fortalecido através do acesso a políticas públicas.

Nas ações de mediação são construídas entre os sujeitos relações de reciprocidade estabelecidas em diferentes situações, onde as pessoas se vinculam entre si pela obrigação moral de dar, receber e retorna. Mas, como lembra Sabourin (2003), a reciprocidade também pode envolver relações de clientelismo. Assim como são apresentadas aos atores locais articulações que trazem benefícios, em especial trazidas pelos programas sociais implementados com a mediação de determinados agentes, também é formada uma situação de tutela naquela que detém os contatos. Por mais que se acesse frequentemente o discurso da autonomia e protagonismo dos atores locais, as decisões centralizam-se, o que gera, em algumas situações, a reprodução da relação de dependência e subordinação.

Porém, a mediação é entendida aqui como um ponto de passagem entre atores que detêm agência, no qual negociações mútuas são constantes. A constituição da esfera de atuação indicada pelo termo Território, a partir da conexão entre esses diferentes atores em processos de representação e participação política, possibilitaram um ambiente de inserção/apropriação de políticas de desenvolvimento e de expansão de articulações institucionais. Com efeito, estão envolvidas, além das questões técnicas, de modificações práticas, também questões políticas, que dizem respeito a relações de poder que permeiam atores e organizações.

É possível aliar, dentro deste contexto de intervenção, as tensões enfrentadas pelas comunidades quilombolas frente às ações externas, entendendo que dessas tensões entre as comunidades e os programas e projetos de desenvolvimento territorial emergem situações complexas de reorganização, adaptação e mesmo resistência, dadas as gramáticas de ação dos atores.

As narrativas são reajustadas, também em função das urgências do presente, e reproduzidas nas vivências e valores compartilhados. Essas respostas vêm das práticas locais, do saber fazer, do conhecimento local e das suas especificidades. E, mais do que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

isso, vêm de visões de mundo e projetos de sociedade que não necessariamente fazem parte do modelo de troca ocidental (SABOURIN, 2009).

Considerações finais

Na tentativa de sanar dívidas históricas (ou no mínimo com essa justificativa), essas populações têm recebido maior visibilidade nos últimos anos, por parte de pesquisadores, poder público, organizações não governamentais e outros atores através de ações de intervenção social, de pesquisa, entre outras.

É possível visualizar a consolidação de laços locais e a expansão de alianças através da construção do Território da Cidadania, na qual o poder público traz suas ações para a escala territorial, com a ajuda de diversas organizações locais, e reelaboram seu modo de articulação e tomam decisões em função das oportunidades que aparecem. Porém, essa construção não é, de maneira nenhuma, algo externo ao local, mas sim engendrado pelas demandas, articulações, decisões dos diferentes atores. É notável, por exemplo, que os atores que são colocados hoje como “sociedade civil organizada”, articulados em não governamentais, enraizadas em especial no trabalho social de Igrejas de diferentes vertentes, têm atuado com estreita parceria formal e informal com o poder público.

Se por um lado essas ligações permitem que os atores locais acessem alguns direitos, em especial trazidos pelos programas públicos implementados com a mediação de agentes locais, também é formada uma situação de centralização naqueles que detêm os contatos. Por mais que seja acessado frequentemente o discurso da autonomia e protagonismo dos atores locais, as decisões concentram-se, o que gera, em algumas situações, a reprodução de relações de dependência, também direcionando as práticas locais. Ou seja, o território quilombola como agenciamento de subjetivação é atravessado por uma série de agenciamentos outros, mas também impõe percursos aos demais agentes.

Atenta-se em especial para os efeitos das diferenças entre regimes de verdade nessa relação de tradução, em que os processos de mediação presentes, no plano local



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

da concepção e execução do programa, são realizados por atores instituídos de recursos simbólicos. Mesmo que não haja confrontos diretos, os consensos alcançados não são constantes, com a presença de distorções no diálogo que deve levar à elaboração das ações, mas que também se relacionam com a busca de microssoluções para o fortalecimento das alianças.

Dentro dessas ações, é importante refletir sobre como as diferentes visões de mundo e formas de conhecimento estão colocadas, quando relacionada ao processo de mediação de atores que se pretendem detentores da melhor alternativa de “desenvolvimento”, seja pela produção de um discurso de enunciação sustentado no desenvolvimento territorial, seja pelos agenciamentos das comunidades Quilombolas.

Fugindo de uma posição somente reativa diante das ações que chegam às comunidades, nas políticas que se inserem é importante chamar a atenção para o fato de que os mediadores são ativos, entendendo que um programa institucional só se materializa com ações junto aos Quilombolas depois de todo um conjunto de negociações – desde a concepção da política, o território vai a todo momento sendo reconfigurado, provocando adaptações também para os demais atores, a partir das relações que vão sendo formuladas e reformuladas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Referências

ALMEIDA, A.W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.6, n. 1, maio 2004, p. 9-32.

ANJOS, J. C. dos; LEITÃO, L. *Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 64 p. (Série Educação a Distância).

ANJOS, J. C. G. dos; SILVA, S. B. da (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Série Comunidades Tradicionais).

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. “Quilombos” In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio, ed. *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008. p. 315-350.

ÁVILA, M. L.; SABOURIN, E. P.; DUARTE, L. M. G. Governança e ação pública territorializada de desenvolvimento rural: o caso do território das águas emendadas. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, n. 49, 2009. Porto Alegre. ANAIS... Porto Alegre, UFRGS, 2009.

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/ MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pelotas: CAPA/MDA. 2009. 68 p.

_____. *Revelando os quilombos no Sul*. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010. 64 p.

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Sul do Rio Grande do Sul. *Regimento Interno*. 2005. 5 p. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/Regimento_Interno_CODETER.pdf>. Acesso em 29 set. 2009.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998, 184p. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro,

FROÉS, J. C., DOS SANTOS, F. J. e RECH, C. M. Alimentando a cidadania: a força da sociedade civil junto a políticas públicas. Relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária. Pelotas: CAPA, 2008. 104 p.

GUANZIROLI, C. E. Avaliação de impacto e resultados de projetos de cooperação técnica desenvolvidos pelo IICA no Brasil / IICA – Brasília: IICA, 2010. 112 p.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

PINHEIRO, P. S. *Saberes, Plantas e Caldas: a rede sociotécnica de produção de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. 195 f.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 11, 2003. *Anais...* Aracaju: CISO, 2003. 25 p.

_____. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.